

Educação: habilitação profissional e humanismo

MARCO MACIEL

O advento da sociedade de massas e a expansão dos sistemas educacionais permitiram transformações fecundas entre as quais se encontra a multiplicação de técnicas antes restritas a pequenos e fechados grupos de especialistas. Por outro lado, a interação do conhecimento no plano teórico, que se processa na comunidade científica, a despeito de fronteiras políticas e dos condicionamentos econômicos e ideológicos que separam as nações, exige um crescente aprimoramento a nível técnico, para que os experimentos teóricos possam produzir efeitos econômicos rápidos na vida da humanidade.

Essa moderna infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento científico demanda, na área educacional, preparação cada vez mais exigente de profissionais, cujo nível de formação cresce à medida que se tornam mais complexos os sistemas aplicativos e operacionais dessas descobertas. E quanto mais exigente for a preparação e habilitação técnico-científica do profissional, maior deve ser a formação da sua consciência individual e coletiva.

As sucessivas reformas educacionais brasileiras sempre levaram em consideração a importância do ensino técnico. Todas essas iniciativas atenderam a uma parte razoável da demanda brasileira por um corpo intermediário que servisse de suporte ao esforço pelo crescimento econômico do País. Igual contribuição ofereceu o empresariado nacional, quando instituiu o Senai e o Senac, responsáveis pela formação técnico-profissional de milhares de jovens brasileiros. Mas essas medidas sofreram o estiolamento natural de condicionamentos específicos, como foi o decorrente da tentativa de eliminar de vez a dicotomia, no segundo grau, que separa a educação voltada para o mercado de trabalho daquela voltada para os estudos universitários. A pretendida obrigatoriedade de profissionalização nesse nível, revogada pela Lei 7.044, terminou gerando, explicavelmente, um relativo abandono do ensino de nível técnico e especializado que se pretendeu universalizar. Ao lado disso, temos que reconhecer que a aceleração das técnicas, dos processos e dos métodos hoje empregados nos setores produtivos não foi acompanhada pelo sistema de ensino profissional de segundo grau.

E indispensável e urgente recuperarmos — também na área do ensino técnico — o tempo perdido, sob o risco de travarmos, de forma irremediável, o desenvolvimento e comprometermos, de maneira lesiva aos interesses nacionais, os esforços em prol do desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico do Brasil, e foi nesse sentido que, com plena aprovação do Presidente José Sarney, o Ministério da Educação instituiu o Comitê

para Aprimoramento da Educação Técnica, ao qual é confiada a tarefa de formular e executar o Programa Nacional de Ensino Técnico.

Um programa dessa natureza deve ter como princípio básico a promoção do homem, a formação do cidadão, e, como perspectiva, a garantia de que a escola seja local privilegiado de síntese e transmissão dos conhecimentos técnico-científicos, que possibilite ao aluno a compreensão da realidade histórico-social em que vive e o estimule ao cultivo consciente de valores individuais e coletivos geradores de atitude de compromisso e participação no desenvolvimento social. Além de igualmente voltar-se para toda a comunidade jovem brasileira, notadamente para os jovens que residem no interior do País ou em locais desprovidos desse tipo de atendimento, o programa deve ensejar medidas que estimulem a atuação desses jovens nas comunidades de origem, oferecendo condições educacionais, e até financeiras, quando necessário, a fim de que essa população possa desenvolver projetos de empreendimento ou de participação em pequenas e médias empresas.

O Comitê deverá, ainda, propor medidas que visem ao desenvolvimento de uma política de valorização do técnico de nível médio. Além de prestigiar socialmente os profissionais de segundo grau, essa política concorrerá para a redução da demanda a cursos de nível superior. Em um País como o nosso, que se defronta com contradições sociais e econômicas, condições desiguais de trabalho e escolarização, cada escola técnica há que se organizar de forma tal que os alunos, independente da classe social a que pertençam, se apropriem dos conhecimentos técnico-científicos e possam participar, efetivamente, do processo de desenvolvimento econômico e social de toda a Nação.

O ensino técnico exige capacidade criativa, visão abrangente do mundo técnico, da ciência e também dos valores permanentes do homem. Para que possa extrapolar a sua simples função de agente do processo econômico, é preciso que o técnico tenha também uma visão adequada de seu papel na sociedade e da abrangência de sua tarefa. Noutros termos, é fundamental que o jovem especialista deixe de ser um simples objeto de consideração da ciência econômica, como fator ativo do processo de produção, como o concebeu Adam Smith, para se transformar num cidadão co-responsável pelos enormes desafios desta era tecnológica, em que temos de alicerçar o nosso progresso, para construirmos uma nação desenvolvida e justa. Nunca é demais insistir: a escola, e em especial a escola técnica, tem um importantíssimo papel a cumprir no caminho de um desenvolvimento auto-sustentado.